

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO EM VENCIDOS E DEGENERADOS, DE NASCIMENTO MORAES: ABOLICIONISMO, PRECONCEITO E VIOLÊNCIA

NEGRO REPRESENTATION IN NASCIMENTO MORAES' VENCIDOS E DEGENERADOS: ABOLITIONISM, PREJUDICE AND VIOLENCE

Fernanda Pereira (Escola Nossa Senhora Auxiliadora – Rede ICM)

fernandaluvjnd@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0508-0412>

Denise Almeida Silva (URI)

dnsalmeidasilva@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8419-5815>

RESUMO: Este artigo investiga a representação do negro no contexto do período pré- e pós-abolicionista no romance *Vencidos e degenerados*, de Nascimento Moraes, centrando-se, principalmente, na expressão das assimetrias e injustiças sociais, as quais são analisadas a partir do conceito de violência, como pensado pela filósofa brasileira Marilena Chauí e pelo sociólogo norueguês John Galtung. A análise enfoca, mais especialmente, as personagens João e Cláudio Olivier, os quais ressaltam, respectivamente, as tensões em torno da pregação antiabolicionista e da possibilidade de convivência e aceitação do negro como sujeito ético, responsável e bem-sucedido. Obedecendo à concepção do livro, e a seu centramento sucessivo nos personagens Olivier e Cláudio, inicialmente examina-se a narração da violência no período pré-republicano, seguindo-se o exame do contexto pós-republicano. Os dados analisados permitem perceber não só prolongado processo de objetificação do negro, que leva a práticas tais como brutalização, tortura, coação, opressão e intimidação, mas também a existência de correlação essencial entre as formas de violência praticadas: há a violência direta, através da marginalização do negro, a violência cultural através do racismo internalizado, e uma concepção estrutural de que o negro deve submissão ao branco.

PALAVRAS-CHAVE: *Vencidos e degenerados*; Nascimento Moraes; preconceito; violência.

ABSTRACT: This article investigates the representation of black people in the context of the pre- and post-abolitionist periods in Nascimento Moraes' novel *Vencidos e degenerados*, focusing mainly on the expression of social asymmetries and injustices, which are analyzed in relation to the concept of violence, as thought by the Brazilian philosopher Marilena Chauí and the Norwegian sociologist John Galtung. The analysis focuses, more specifically, on the

characters João and Cláudio Olivier, who highlight, respectively, the tensions around the anti-abolitionist preaching and the possibility of coexistence and acceptance of the black as an ethical, responsible and successful subject. Following the conception of the book, its successive focus on the characters Olivier and Cláudio, analysis moves from the context of the pre-Republican period to the post-Republican one. The analyzed data allow us to perceive not only a prolonged process of objectification of the black people, which leads to practices such as brutalization, torture, coercion, oppression and intimidation, but also the existence of an essential correlation between the forms of violence practiced: there is direct violence, through of black marginalization, cultural violence through internalized racism, and the structural conception that blacks owe submission to whites.

KEYWORDS: *Vencidos e degenerados; Nascimento Moraes; prejudice; violence.*

1 Introdução

Este artigo investiga a representação do negro no contexto do período imediatamente anterior à abolição e, especialmente, no pós-abolição, no romance *Vencidos e degenerados*, de Nascimento Moraes. Centra-se, principalmente, na expressão das assimetrias e injustiças sociais visíveis nas relações entre escravos e senhores, brancos e negros, abolicionistas e latifundiários. Além de examinar variadas formas de violência perpetradas contra o negro nesse contexto, enfoca, sobretudo, a construção dos personagens João Olivier, personificação dos ideais contrários à escravidão, e Cláudio Olivier, mulato cujo sucesso no trabalho e no amor afronta a sociedade maranhense, que o rechaça.

Primeiramente publicado em 1915, o romance discute as consequências da assinatura da Lei Áurea no dia 13 de maio de 1888, sendo uma das raras obras da literatura brasileira que tematiza com profundidade a abolição e seus desdobramentos através do protagonismo de escravos libertos e seus descendentes. Iniciado com o relato da euforia em torno da expectativa da assinatura da Lei Áurea e da explosão de esperança ocorrida imediatamente após esse ato, o romance acompanha o estabelecimento da República e a desesperança que, progressivamente, é gerada nos ex-escravos, seus descendentes e nos abolicionistas, ante o choque com a realidade excludente. Ao acompanhar os desdobramentos do contexto escravocrata e abolicionista nos primeiros anos da República, Moraes proporciona agudo olhar sobre as raízes históricas de assimetrias e preconceitos que ainda hoje se prolongam em nossa sociedade, e, não raro, também em nossa fenotipia literária. Uma vez que a ênfase nas assimetrias e injustiças sociais torna particularmente visíveis as violências perpetradas naquela sociedade, a investigação

dessas tensões é feita, neste estudo, levando em conta o conceito de violência, o qual é pensado a partir de conceitos expressos pela filósofa brasileira Marilena Chauí e pelo sociólogo norueguês John Galtung. O pensamento da primeira embasa a conceituação de multifacetadas formas de violência; valemo-nos do pensamento do segundo, sobretudo, para discutir o modo como a legitimação da violência vem a se tornar parte constitutiva do tecido social. Precede à análise breve apresentação do autor e do romance, para benefício dos leitores que o desconhecem.

2 Vencidos e degenerados, de José do Nascimento Moraes: abolicionismo e violência

José do Nascimento Moraes nasceu em São Luís do Maranhão em 19 de março de 1884, e veio a falecer em 22 de fevereiro de 1958. Filho de um negro com uma mulata, viveu seus primeiros seis anos de vida enquanto a escravidão ainda estava em vigência; o período escravista, bem como a mentalidade que o sustentou, muito influíram na sua construção enquanto intelectual e escritor.

Moraes foi um dos mais ativos intelectuais maranhenses da primeira metade do século XX, sendo autor de diversas crônicas, poesias e artigos. Alcançou o cargo de presidente da Academia Maranhense de Letras e o de professor do tradicional Liceu Maranhense, onde chegou a ser professor de Ferreira Gullar e José Sarney.

Grande parte de seus textos foi assinada por pseudônimos, através dos quais lutou contra o racismo, que se tornou um obstáculo na busca de seu reconhecimento profissional e literário. Conquanto, durante sua carreira, tenha pensado o racismo de forma crítica, *Vencidos e degenerados*, obra da juventude, publicada no Maranhão pela primeira vez em 1915, permanece exemplar com respeito a essa exploração temática.

O romance discute os acontecimentos subsequentes à assinatura da Lei Áurea. A narrativa começa no dia 13 de maio de 1888, quando, em S. Luís do Maranhão, abolicionistas de todas as classes sociais se reúnem na casa de José Maranhense, na rua São Pantaleão, enquanto aguardam o telegrama que confirmaria a abolição da escravatura no Brasil. Uma vez recebida a confirmação, a cidade explode em clima eufórico. À medida que os festejos são descritos, detalham-se, também, as relações entre portugueses, escravos, ex-escravos e latifundiários. Por entre os fogos de artifício, passeatas e discursos, nas ruas “cruzavam-se grupos e grupos de escravos, a gritar, loucos de satisfação; outros berravam obscenidades [...], ofensas terríveis, contra a família dos ex-senhores que, temendo violências físicas, fechavam as

portas” (MORAES, 2000, p. 35).

Carreira (2015, p. 89) registra como Moraes, ao descrever “minudentemente a constituição econômico-social” percebe que “as relações trabalhistas estavam alteradas e que ainda havia uma maioria explorada.” Brancos se recusavam a aceitar a convivência entre ex-senhores de escravos e ex-escravizados; ex-escravos viviam à margem de uma sociedade que, supostamente, tinha-lhes dado a “liberdade”. Diante da abolição da escravatura, latifundiários se encontraram em decadência e foram forçados a aderir à República, o que pouco beneficiou o Estado. Desta forma, o povo, em especial os descendentes de escravos, foi oprimido por governos exploradores; sendo-lhes negado o direito à educação, passaram a compor a faixa marginalizada da sociedade maranhense.

Evitando um olhar maniqueísta, o autor trabalha através das dualidades: “livres e cativos; pobres e ricos; pessoas de famílias tradicionais e pessoas de famílias sem importância social; e assim por diante” (LITERAFRO, 2017). Esse sempre renovado contraste põe em relevo as assimetrias e injustiças sociais, tornando mais visíveis as violências perpetradas naquela sociedade.

Em *Vencidos e degenerados*, a violência se manifesta tanto em sua forma mais óbvia, como a físico-psicológica, quanto de forma mais sutil, na estrutura da sociedade maranhense do século XIX. O próprio enfoque escolhido, ou seja, a ambiência pré e pós-abolicionista, põe em relevo a causa que anima esse movimento, ou seja, a escravidão, a qual é, em si mesma, forma maior de violência, por reduzir o cativo à condição de bestialidade. Lembra-se, aqui, o raciocínio desenvolvido por Marilena Chauí no ensaio intitulado *Contra a violência*, no qual a autora ressalta que a violência se opõe à ética, pois para que um sujeito seja considerado ético é preciso que seja racional e consciente e que, como ser responsável, possa responder por suas ações:

A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos. Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, tratá-lo como se fosse desprovido de razão, vontade, liberdade e responsabilidade é tratá-lo não como humano e sim com coisa, fazendo-lhe violência nos cinco sentidos em que demos a esta palavra. (CHAUÍ, 2007.)

É ainda o pensamento da filósofa brasileira, ao especificar cinco sentidos atribuídos à palavra, que permite perceber a extensão da violência no contexto da objetificação do ser humano, já que são consideradas formas de violência:

- 1) tudo que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar);
- 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar);
- 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar);
- 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito;
- 5) consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror. [...] Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, tratá-lo como se fosse desprovido de razão, vontade, liberdade e responsabilidade é tratá-lo não como humano e sim como coisa, fazendo-lhe violência nos cinco sentidos em que demos a esta palavra. (CHAUÍ, 2007).

As primeiras três acepções remetem à base do que constituía o regime escravista, como a negação do status de humanidade aos escravos, que, desnaturados, tinham sua natureza violada, o que levava os colonizadores a sentirem-se autorizados a coagir, constranger, torturar e brutalizar os negros, agindo contra sua espontaneidade e vontade. Embora o romance concentre-se no pós-abolição, em retrospecto práticas violentas e violadoras praticadas durante o período escravocrata são recordadas pelos escravos e/ou seus descendentes. Para aqueles que decidida e entusiasticamente abraçaram a causa antiescravagista, como o personagem José Maria Maranhense e os demais membros do Clube Abolicionista Maranhense, descritos nas páginas iniciais do romance, as práticas escravistas haviam-se tornado ações injustas e violadoras dos direitos naturais; atos de brutalidade, opressão e intimidação, bem como toda a privação à liberdade, não poderiam deixar de ser considerados como forma de violência. Para a sociedade abolicionista delineada no romance, a violência poderia ser vista, então, na esteira do raciocínio desenvolvido por Chauí, como constituída através de tudo o que ia contra a espontaneidade, segurança e liberdade de um indivíduo, quase sempre (ex-)escravo ou seu descendente, estabelecendo relações definidas pelo terror, opressão, medo e/ou intimidação.

Assim considerada, a violência remete ao conceito formulado pelo sociólogo norueguês Johan Galtung, para quem ela se constitui como insulto às necessidades humanas básicas, materializando-se na forma de sua negação: morte, mortalidade constituem-se em negação da vida; miséria evidencia a negação do bem-estar; alienação põe em relevo a carência de identidade/significado, e repressão ressalta a ausência da liberdade.

O autor divide a violência em três aspectos culturais inter-relacionados, a violência cultural, a violência estrutural e a violência direta. A violência direta é um processo de violência direcionada, podendo ser física ou não, contra outros seres humanos ou outras formas de vida

e a natureza em geral. A violência estrutural é um ato indireto sedimentado na estrutura de uma sociedade através de um processo de estratificação social, no qual há dano na satisfação das necessidades humanas básicas. Já a violência cultural se manifesta através de aspectos de uma cultura que são usados para legitimar e justificar a violência direta ou a estrutural.

De acordo com Galtung (1990), a legitimação da violência tende a ocorrer: a) pelo apagamento de sua percepção em contextos específicos, como quando um ato é repudiado no âmbito social e pessoal, mas defendido quando praticado pelo Estado; b) pela distorção da realidade, o que resulta na desconsideração de atos violentos, ou pelo menos na atenuação de sua violência. Tanto a violência direta quanto a estrutural precisam, de alguma forma, ser justificadas através da cultura, ideologia e do contexto sócio-histórico em que se encontram. Essa justificativa ou legitimação materializam-se através da violência cultural, sob a forma de aspectos culturais como crenças, atitudes e símbolos religiosos, ideologias, línguas e arte, como na literatura, por exemplo.

3 João Olivier e o “princípio da confraternidade”: da violência escravista à esperança

Diante da perspectiva de mudanças políticas no Maranhão, Nascimento Moraes traz, em *Vencidos e degenerados*, seu olhar de negro sobre o negro. Dessa forma, constrói uma leitura ímpar sobre os desdobramentos da abolição da escravatura no Brasil, evidenciando suas falhas e consequências. Nesse contexto, as relações entre senhores e ex-escravos são tecidas a partir da visão peculiar do romancista, enquanto sujeito histórico, sobre ações, violações e relações de poder tecidas no dia-a-dia da sociedade maranhense, em rede de relacionamentos pessoais consolidados pela dominação do forte sobre o fraco, e, conseqüentemente, da sua exploração.

De acordo com Lara (1995), no artigo “Blowin’ in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”, a sociedade pré e pós-abolição tinha suas raízes nas relações de dominância e exploração, que, de forma contraditória, uniam horizontalmente e separavam verticalmente senhores e escravos, tanto homens como mulheres. Através do dia a dia escravista, dos costumes, das lutas, da resistência e seu modo de pensar e agir, estas relações sedimentavam, na estrutura da sociedade, a violência e a desnaturação por parte dos privilegiados para com o povo oprimido.

As consequências dessas relações de poder são retratadas em *Vencidos e degenerados* através do contraste entre a esperança de ascensão do povo negro após a abolição e a realidade que então encontram. Durante a escravatura, os senhores consideravam os escravos como

“coisas”, seres destituídos de vontade própria, incapazes de protagonizar atitudes políticas; na Nova República, o Estado toma o lugar do senhor de escravos.

Iniciado com o relato da euforia em torno da expectativa da assinatura da Lei Áurea e da explosão de esperança ocorrida imediatamente após esse ato, o romance de Moraes progride, acompanhando o estabelecimento da República e a desesperança que, gradualmente, ante o choque com a realidade, é gerada nos ex-escravos, seus descendentes e nos abolicionistas.

O romance divide-se em duas partes: da abolição ao início do período republicano destaca-se a figura de João Olivier, mestiço que se colocara na imprensa, destacando-se como jornalista vibrante e orador influente. Na figura de Olivier encontra-se a personificação dos ideais contrários à escravidão. A narrativa da sociedade pós-proclamação da República centra-se na vida adulta de Cláudio, filho de ex-escravos, que fora criado e educado desde criança pela mãe de Olivier e pelo jornalista. Tal qual seu pai adotivo, e desafiando a sociedade branca, Cláudio torna-se jornalista, e funda o periódico *O campeão*.

Obedecendo à concepção do livro, e a seu centramento sucessivo nos personagens Olivier e Cláudio, fixamo-nos primeiro na narração da violência no período pré-republicano. Nesse sentido, é relevante perceber de quem parte a violência narrada no romance, e quem a sofre. Aqui Nascimento Moraes não recai em um maniqueísmo simplista de branco contra negro. Em sua grande maioria, são agentes da violência homens brancos. Dentre estes, citam-se nominalmente o coronel Lousada, que torturava seus escravos; Paletó Queimado, que desumaniza os escravos libertos e manda espancar Zé Catraia; o tenente-coronel Magalhães, que estupra Andreza enquanto era sua escrava; um repórter e editor d'*O diário*, que elimina a autoria do Dr. Álvares Rodrigues de uma publicação; as autoridades locais, que matam o ex-escravo Alfredo. Contudo, em pelo menos sete situações, ou discursos, o agente da violência é identificado coletivamente, como a elite (ou “fidalguia”) portuguesa, ou ainda o Estado, que nega ao negro escolarização, emprego e moradia digna. Dois homens negros perpetram violência contra a população branca: Alfredo e Domingos Aranha, que mataram, respectivamente, seu ex-senhor e um homem que ameaçou a vida de Cláudio, filho de Aranha. Verifica-se, assim, um caráter de retaliação ou de necessidade de defesa nas agressões que partem de homens negros. Há, ainda, mulheres que são agentes de violência, contando-se entre elas uma negra, a ex-escrava que agride sua sinhá no 13 de maio. Por outro lado, há episódios em que uma sinhá tortura sua escrava; duas senhoras afirmam que Cláudio faria mais sucesso se fosse de pele mais clara, o que também é uma forma de violência, dado que o desnaturam, negando-se a valorizá-lo com base apenas em sua etnia.

No tocante à violência no período pré-abolição, Moraes não se limita ao óbvio, nem a imaginários já sedimentados. Registra a “revanche” dos negros que, na euforia dos primeiros momentos após a assinatura da Lei Áurea, saem em bandos e, sentindo-se finalmente empoderados e libertos, agredem seus patrões, como na instância em que a mesma escrava torturada por sua senhora, ao ser liberta, humilha D. Amandra ante os demais membros da comunidade de São Luís, dando-lhe um tapa. Também, ainda na primeira parte do romance, o intimidar se materializa na perseguição de professores e colegas a Cláudio, jovem filho adotivo de Olivier, por ser negro, filho de ex-escravos, e criado por um mestiço.

Afora as já citadas vítimas da violência, há a destacar, ainda, a forma como Armênia é, tal qual Cláudio, vitimizada e ostracizada por uma sociedade racista e machista. Destaca-se ainda, já no período republicano, o caso do Dr. Álvares Rodrigues, que escreve para o jornal da cidade sem, contudo, receber o devido crédito pela autoria das publicações, episódio que engrossa a lista de discriminação contra minorias, já que Rodrigues é de ascendência indígena. Em cinco instâncias os pacientes da violência foram identificados apenas como escravos, de ambos os gêneros, que foram oprimidos pela elite branca e pelo Estado, que lhes concedem a liberdade, mas não o suporte para uma vida digna.

Vemos, assim, que o branco, de modo geral, prevalece como agente da violência, enquanto a maioria dos que sofrem a violência é negro. Pelo simples fato de sê-lo veem-se vítimas da falta de comprometimento do governo, não preocupado em promover sua cidadania. Também, há o arraigamento do preconceito e da desumanização em dois extremos: contra o negro em geral, e contra a mulher – seja ela negra, ou não. Mesmo tratando-se na maioria das vezes da violência de gênero e etnia, o autor consegue representar a violência a partir de um contexto no qual a violência direta é justificada pela estrutura de sua sociedade, que legitima sua cultura.

Assim, conquanto a narrativa remeta a episódios em que se evidenciam intimidação, assassinato e tortura, as quais são formas de violência recorrentes no contexto escravocrata, o romance não se limita a elas. Avança, incluindo aspectos mais sutis, como o desnaturar, excluir, constranger, além de variadas formas de opressão e de violação.

Torturar, como ato físico, é materializado em instâncias como as em que Lousada, senhor de escravos, aflige seus escravos por puro prazer. Era comum, às casas contíguas ao sobrado do coronel, ouvir “gemidos surdos que mãos de ferro violentamente estrangulavam na garganta, espancamento de corpos, de encontro às paredes e às lajes, queixas e ais, imprecações de almas desesperadas” (MORAES, 2000, p. 31). A referência à morte do escravo Alfredo, que

ousara assassinar seu sinhô em vingança aos maus-tratos sofridos, e a exposição pública exemplar de seu corpo como advertência contra a repetição de atos semelhantes, enquadra-se, também, no panorama das violências mais óbvias e mais frequentemente lembradas com referência ao tratamento dispensado aos escravizados.

Outra forma de violência praticada durante a escravidão era a intimidação – e por vezes até violência física – da senhora contra a escrava cobiçada e/ou violentada pelo marido. No romance, uma senhora de escravos, D. Amandra, ao descobrir que o marido tem interesse em uma das escravas, a espiona e tortura. Atribui-se às escravas má fama, e desenvolve-se o imaginário de que sejam libidinosas e assanhadas; contudo, eram na verdade estupradas e obrigadas a parirem filhos de seus senhores. Então, nota-se que dentro do contexto escravocrata a negra escrava sofria tanto o abuso dos senhores como de suas senhoras, não somente por ser negra, mas também por ser mulher.

Como já dito, grande parte da narrativa, na parte inicial do romance, é dada a partir da perspectiva de João Olivier, respeitado jornalista que tem como fonte de renda crônicas que escreve para o órgão local. Sendo mestiço, faz parte de um núcleo militante que se posiciona a favor dos cativos na espera pela notícia da abolição. Através de Olivier, identificamos as esperanças que vão sendo construídas tanto pelo povo escravizado, quanto pelos que lutavam pelo fim da escravatura:

A liberdade dos negros vem contribuir para o desenvolvimento desta terra infeliz, e dar-lhes novas forças, novos elementos, novos aspectos.... Esta fidalguia barata virá caindo aos poucos e o princípio de confraternidade virá acabar com supostas e falsas superioridades do ser, que tem sido um dos mais vis preconceitos da nossa existência política. (MORAES, 2000, p. 67).

Quando comenta a queda da fidalguia, Olivier se refere aos detentores do poder, senhores de escravos, alimentando a esperança de que, progressivamente, desfeita a relação senhor – escravo, viessem a se constituir relações humanas e laborais mais justas e menos preconceituosas. Chega a visualizar um momento em que as relações sociais alcançariam tal grau de harmonia que imagina uma espécie de fraternidade social universal, fundada no reconhecimento da dignidade e humanidade comuns, situação à qual se refere como sendo regida pelo “princípio da confraternidade”. O termo sugere relação amigável, estreita, fundada na similitude de condições ou de situações, e, como tal, vem a pressupor situação em que a pecha da bestialidade e as violências que a seguem viriam a ser eliminadas, vindo a existir uma aceção do negro como sujeito tão racional, voluntário, livre e responsável quanto seus (ex)-

senhores brancos. Moraes vai ao cerne da visão que sustenta o preconceito racial e a inferiorização do negro: a crença em “supostas e falsas superioridades do ser”. Ao atingir aquilo que sustenta o preconceito, o “princípio da confraternidade” não apenas poria fim a preconceitos, como solaparia o pensamento escravocrata. Numa reflexão inovadora para seu contexto socio-temporal, em que teorias eugenistas sugeriam a necessidade de branqueamento e, portanto, de extinção da “raça” negra para que o país pudesse verdadeiramente assumir papel de nação independente e próspera, Moraes desenvolve o pensamento de que não é o negro que infelicita a nação, mas, sim sua bestialização, inferiorização e privação da liberdade a partir da instituição da escravidão.

Inicialmente, quando da primeira reunião entre Olivier e o Clube Artístico Abolicionista Maranhense, à espera da assinatura da Lei Áurea, é descrito o clima de euforia da cidade em detalhes, e as relações entre senhores e escravos. Nesse momento de transição, relembram-se os horrores da escravidão, exemplificados na figura do coronel Lousada e dos suplícios a que submete seus escravos. Mais adiante, decorrido já algum tempo da abolição, não escapam a Olivier, em sua observação dos transeuntes, as desigualdades sociais e a rígida separação de classes entre a elite e o povo – este, em grande parte, formado pelos ex-escravos e descendentes:

Os que trabalham por vaidade pertencem, na sua maioria, às antigas famílias do Estado, ou às que delas descendem. Os necessitados são, na maior parte, oriundos do povo, pertencem às famílias pobres e desprotegidas que não se misturam com as que representam a fina flor da sociedade. Os que trabalham por fatuidade são, como os portugueses, mandados buscar nas vilas de Portugal, os futuros patrões, os diretores de Banco, os proprietários e capitalistas. (MORAES, 2000, p. 57).

De fato, a população pobre e desprotegida está sujeita a constrangimentos e exclusões. Uma grande parcela da elite maranhense, após a declaração da Abolição, continua perpetuando estereótipos do negro, como “algo” que só teria uso como mão de obra, uma vez que passou toda sua vida servindo somente para isso, sob a opressão do senhor de escravos. Ao introjetar este estereótipo na estrutura da sociedade, o branco então impõe à população liberta a vida marginalizada, empurrada para os limites da cidade, vivendo do trabalho informal, sob os perigos da exclusão e violação de seus direitos enquanto “quase-cidadãos” (CUNHA, 2007). Aos poucos, a esperança de igualdade e prosperidade para os “libertos” vai, progressivamente, se desfazendo, em contato com a dura realidade.

4 *Cláudio e a frustração do “princípio da confraternidade”: esperança versus realidade no pós-abolição*

Em sua obra “Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil” (2007), Cunha introduz a ideia de que a liberdade e seus significados para ex-escravos, libertos por alforria, ingênuos nascidos no pós-1871, tutelados, e para a população de livres e pobres em geral, foram constantemente redefinidos:

Por um lado, pelo imaginário e pelo desenho de uma sociedade projetada para se tornar “civilizada” e “igualitária” com o advento da República e, por outro, por experiências históricas concretas, vivenciadas em áreas urbanas e rurais no Brasil entre o último quartel do século XIX e a primeira metade do século XX, nas quais valores como igualdade e cidadania foram cotidianamente contestados. (CUNHA, 2007, p. 9).

Vemos, então, que existiam duas concepções de liberdade, a projetada pelo Estado e a vivenciada por escravos libertos. A discrepância entre o “idealizado” e o real constitui um contexto de violência, que nunca teve como objetivo corroborar para o acesso do povo negro ao ensino e ao mercado de trabalho. Como já vimos neste artigo, a transformação do escravo trabalhador esteve longe de ser linear e irreversível. Diversos personagens do romance de Nascimento Moraes, após serem libertos, permaneceram na parcela marginalizada e autônoma – por necessidade – da sociedade maranhense. A ideia de liberdade para os alforriados foi vivenciada por aqueles que não a conheciam, e nunca saberiam distinguir se eram de fato livres ou não. Por conta disto, “muitos dos sinais que sacralizaram a subordinação e a sujeição tornaram-se parte de um ambíguo terreno no qual ex-escravos e ‘livres de cor’ tornaram-se cidadãos em estado contingente: quase-cidadãos.” (CUNHA, 2007, p. 13).

Entretanto, no decorrer da narrativa vemos que as consequências de um ato político feito pelo homem branco para o homem branco são vistas como um favor aos escravos alforriados e, portanto, como algo que merecia ações retributivas de obediência e de submissão. Para a elite, aos escravos recém-libertados cabia apenas a resposta servil e obediente, como forma de retribuir o “presente” recebido. A estes escravos restou a vida nos limites econômicos da cidade, sobrevivendo de trabalhos autônomos, situação em que muitos pereceram em condições desumanas.

Grande parte da elite maranhense via o escravo como algo passivo e necessário, e considerava a condição do mesmo como algo natural. Esta visão é então assimilada pela sociedade e permanece no imaginário do século XIX, como se a escravidão fosse inerente ao

negro e ele só “servisse” para a mão de obra informal, subjugada e oprimida. A sociedade, ironicamente, impõe ao liberto o papel de subordinação, afastando-o da busca pela reconstrução de sua identidade. A ele resta satisfazer-se com o trabalho medíocre, com o preconceito racial e social que acompanhava sua carta de alforria, e com a pequena porcentagem de esperança de que um dia poderia aprender a ler e escrever, embora a maioria tivesse passado pela catequese jesuítica – aqui, outra forma, também, de violência.

Na primeira parte do romance, a declaração de João Machado, apelidado Paletó Queimado, prediz que os negros libertos logo pereceriam por serem raça inferior, que não trabalha nem respeita a ninguém. Esta é uma forma de violência derivada do racismo enraizado na estrutura da sociedade, composta por senhores que se recusavam a aceitar as novas relações entre si e os escravos libertos. À concepção da inferioridade do negro associa-se, ainda, a sua deliberada manutenção em situação de marginalidade, através da ausência de políticas públicas destinadas a prover, aos que até então viviam na senzala, habitação e educação que os habilitasse a outras ocupações. Aos negros libertos restou o trabalho autônomo fora das obrigações do Estado. Exemplos de tal condição são Aranha, Olímpio e Zé Catraia, que eram sapateiros; Andreza, que alugava sua força de trabalho para afazeres domésticos e vendas em público; e João da Moda, que era alfaiate.

O preconceito é tal que até mesmo Armênia – filha do tenente-coronel Magalhães – é isolada e estigmatizada pela sociedade maranhense por manter um romance inter-racial com Cláudio. Os homens de São Luís não conseguiam aceitar que um “mestiço pobre” tivesse o direito de ser amante de uma senhora da sociedade. O despeito era ainda maior porque a atraente e sedutora Armênia repelira vários cortejadores brancos, recusando-se a envolver-se sexualmente com eles, e, no entanto, aceitara o amor do mulato Cláudio Olivier, razão pela qual passa a ser difamada e isolada pela elite de São Luís. Embora esse episódio se relacione, também, a intimidar, oprimir e excluir, é preciso destacá-lo como uma forma de constrangimento, pois o preconceito racial e o ciúme dos amantes desprezados levam ao desprezo pela personagem, e a sua difamação e isolamento.

A vingança social estende-se a Cláudio, que vê os colaboradores de seu jornal serem intimidados a abandoná-lo, ou serem compulsoriamente transferidos para outros estados, reduzindo a tal ponto o número de articulistas de *O campeão* que se vê forçado a encerrar a publicação, ficando o periódico rival, *O triunfo*, publicado pela elite, sem concorrência. Além disso, Cláudio é vítima de uma emboscada, escapando com vida pela intervenção de Aranha, seu pai biológico; frustrada a expectativa de sua morte, é-lhe retirado o sustento, já que José

Machado dispensa seus serviços. Acuado, Cláudio é forçado a se mudar para o Amazonas, onde prospera.

Na sociedade maranhense, era inconcebível que um mulato afrontasse duplamente a sociedade – com seu talento e sucesso no amor. E, no entanto, outra poderia ser sua valoração fosse ele de pele mais clara e feições mais semelhantes às arianas, como comentam as senhoras que o ouvem declamar um poema: “É um rapaz bonito. Se fosse mais clarinho, um pouquinho mais aberto na cor... [...] É um rapaz inteligente, lá isso é...” (MORAES, 2000, p. 170). Esse desnaturar, que recusa a ver no negro alguém que deva ser considerado de forma semelhante àqueles que por tanto tempo dele se assenhorearam, repousa na manutenção do que o professor Bento denuncia como uma “fidalguia maranhense”, acima da qual “ninguém se colocar pode, nem pela cultura, nem pelo esforço, nem pela energia física.” (MORAES, 2000, p. 204). Essa é, pois, uma “terra perdida”, na qual o “operário vive nas trevas. Não há [...] nem mesmo um estabelecimento de ensino gratuito para os desvalidos aprenderem artes e ofícios! De nada disso cura o Governo.” (MORAES, 2000, p. 209). Bento conclui listando formas de violência que acabaram por excluir o negro, mantendo-o à margem da sociedade, bem longe dos tão sonhados progresso e liberdade igualitária: “O preconceito, o estúpido preconceito afastou os negros das escolas. Maltratados, ridicularizados, insultados, foram a pouco e pouco se retraindo, até se ausentarem quase de todo.” (MORAES, 2000, p. 210).

5 Reflexões conclusivas

Iniciando com considerações sobre as multifacetadas formas de violência a partir das premissas básicas da destituição de alguém de seu *status* humano pela negação de seu estatuto de sujeito ético (Chauí), ou pela privação das necessidades básicas humanas (Galtung), este estudo progrediu para a análise da violência presente nas formas de opressão ao negro no romance *Vencidos e degenerados*, de Nascimento Moraes.

Ao pensarmos a violência como tudo que vai contra a natureza e liberdade humana – através da força física ou psicológica – como o faz a filósofa brasileira Marilena Chauí (2007), a escravidão afigura-se como a mais óbvia forma de violência; contudo, o pós-abolição traz à luz, ainda, outras formas de violência, como a negação de real liberdade aos ex-escravos, impedidos de se elevarem à categoria de trabalhadores livres e qualificados.

Pudemos identificar alguns padrões que se repetem no decorrer de *Vencidos e degenerados* e que remetem à concepção de violência teorizada por Galtung (1990). A violência

direta se manifesta através da marginalização e opressão dos negros libertos, aos quais foi prometida a liberdade econômica e social, que então foi negada pelo próprio Estado que os libertou; o racismo e o preconceito de classe da sociedade maranhense pós-abolição caracterizam-se como violência estrutural, uma vez que o abolicionismo fez parte de uma revolução social tipicamente do branco e para o branco, e nenhuma das esperanças de correção das desigualdades estabelecidas no decorrer da escravatura foi concretizada; e a violência cultural se manifesta através do comportamento da sociedade maranhense, que é composta por uma elite branca de ex-senhores de escravos e latifundiários que condicionaram o pensamento social de que o negro era inferior, sem utilidade senão ser mão de obra, e que devia à coroa, e na Nova República, ao Estado, sua submissão.

A construção das personagens João e Cláudio Olivier merece destaque. Mestiço – e, portanto, já tendo sido objeto de branqueamento que o torna mais aceitável à sociedade hegemônica branca – João Olivier domina a primeira parte do romance. Jornalista militante, esse abolicionista tipifica as esperanças de que se apossaram os escravos e seus defensores nos momentos que antecederam e naqueles que imediatamente se seguiram à abolição. Tais esperanças são singularmente resumidas no que a personagem chama de princípio da confraternidade, já que este necessariamente implicaria a inexistência de preconceitos e a equiparação de brancos e negros no mesmo estatuto de sujeitos livres e responsáveis, detentores de direitos e da proteção do Estado. Em contraste, a continuação do romance, centrada na figura de Cláudio Olivier, filho adotivo de João, dramatiza a não concretização desse princípio, através do rechaço da personagem, claramente baseado no fator fenotípico.

Assim, Nascimento Moraes chama a atenção não apenas para o tratamento violento decorrente da objetificação do negro, como ressalta eventos que decorrem, ainda, da discriminação a esse segmento da população, e que resultam da desigualdade perceptual quanto ao status da população branca e da negra. Este é o caso, por exemplo, da manutenção do negro liberto e de seus descendentes em extrema pobreza, sem acesso a emprego e moradia dignas. Esta, sem dúvida, é uma forma de exclusão, e o romance expõe explicitamente, pelo menos em três episódios, ações que giram em torno da recusa do governo em dar apoio e educação aos negros libertos, marginalizando-os.

Retomamos, aqui, o pensamento de John Galtung, para quem a violência é o ato de violar qualquer direito civil, ético e moral do ser humano, podendo iniciar em qualquer um dos vértices do triângulo direto-estrutural-cultural: havendo sua institucionalização através da cultura, formas de violência direta tornam-se aceitas, dando início a violências como a

escravidão, a desnaturação de homens e mulheres negros, e à violência direta também difundida na sociedade, naturalizada como senso comum.

Há, na obra, diversas instâncias em que a violência não é somente física ou psicológica, mas corresponde, antes, a processos de inferiorização e segregação, como a marginalização das raças mais escuras em um contexto em que a abolição não pensou nestas, mas, sim, nos interesses dos brancos. Consideramos como instâncias de violar, por exemplo, casos que desrespeitam a dignidade e necessidades dos escravos que, ao serem libertos, enlouquecem – fato que compartilha, também, a noção de desnaturar, como nos casos já citados de Aranha, Olímpio e Zé Catraia. Estas são todas formas de oprimir, como também o é o preconceito opressivo da sociedade maranhense para com Armênia, por não se submeter às necessidades/vontades dos homens. Assim, em *Vencidos e degenerados* encontra-se o racismo institucionalizado, e exteriorizado a partir da negligência e violação do branco para com o negro.

Os dados analisados permitem perceber não só prolongado processo de objetificação do negro, que leva a práticas tais como brutalizarão, tortura, coação, opressão e intimidação, como a existência de correlação intrínseca entre as formas de violência praticadas: há a violência direta, através da marginalização do negro, a violência cultural, através do racismo internalizado, e uma concepção estrutural de que o negro deve submissão ao branco. Dessa forma, Moraes consegue criar um painel histórico de extrema importância para a compreensão do que foi a abolição e quais foram suas consequências, muito especialmente para a população negra, que tão esperançosamente a saudara.

REFERÊNCIAS

CARREIRA, R. A. R. *A paratopia testemunho-documental e o discurso da negritude em Vencidos e Degenerados*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica De São Paulo. São Paulo, 2015.

CHAUÍ, Marilena. *Contra a violência. Fundação Perseu Abramo*. São Paulo: 2007. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2007/04/03/contra-a-violencia/>. Acesso em: 25 set. 2018.

CHAUÍ, Marilena. Ética e Violência. *Teoria e debate*. São Paulo, v. 39, out. 1998. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1998/10/01/etica-e-violencia/>. Acesso em: 26 set. 2018.

CUNHA, O. G.; GOMES, F. S. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GALTUNG, J. Cultural violence. *Journal of Peace Research*. 1990. Vol. 27. Nº 3. 291 – 305. Sage Publications. 1990.

LARA, S. H. Blowin' in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História*. São Paulo, 1995. p. 41-56.

MORAES, J. N. *Vencidos e degenerados*. 4ª ed. São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000.

NASCIMENTO MORAES. Dados biográficos. *Literafro – o portal da literatura afro-brasileira*. Belo Horizonte: 2019. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/339-nascimento-moraes>. Acesso em: 10 abri. 2019.

PEREIRA, Rafaela. O negro olhar sobre a sociedade maranhense. *Literafro – o portal da literatura afro-brasileira*. Belo Horizonte: 2019 Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/28-critica-de-autores-masculinos/336-o-negro-olhar-sobre-a-sociedade-maranhense-critica>. Acesso em: 10 abri. 2019.

Artigo submetido em: 30 jun. 2022

Aceito para publicação em: 16 nov. 2022

DOI: <https://dx.doi.org/10.22456/2238-8915.125594>